Encaminha-se a Comissão de Justiça e Redação
Em 02 / 08 / 2021
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 012/2021.

APROVADO
Em 09 / 08 / 2021
Votação 9 X 0
Presidente

EMENTA: Altera denominação de via pública, para adequação a legislação vigência e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGRESTINA, Estado de PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º- Fica denominado de **RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES**, a antiga Rua Francisco Gomes Neto, localizada no Loteamento São João em frente a Churrascaria O Pantanal nas margens da BR-104 que dá acesso à cidade Caruaru/Cupira.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Agrestina, Pernambuco, autorizado a mandar confeccionar e colocar a placa alusiva à denominação a que se refere o Art. 1º desta Lei e consequentemente a utilizar os recursos financeiros orçamentários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.348/2017 e disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Agrestina, Pernambuco, em 29 de julho de 2021.

José Givaldo Leite
JOSÉ GIVALDO LEITE
VEREADOR AUTOR

Encaminha-se a Comissão de Finanças e Orçamento
Em 02 / 08 / 2021
Presidente

2ª e última Discussão
APROVADO
Em 16 / 08 / 2021
Votação 9 X 0
Presidente

DESPACHO:
Encaminho a assessoria jurídica para análise e emissão de parecer.
Agrestina, 03 / 08 / 2021
Controladoria Geral

Recebido
Em 29/07/2021
Mª José Bezerra
Sec. Administrativo
Mat. 002

Cartório
Registro Civil - 1ª Zona

Oficiala Bela. Isabel Cristina Almeida Freitas
1º Substituto: Alfredo Rodrigues de Melo
2ª Substituta: Maria do Carmo Sousa França

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que na data de 3 de agosto de 2007, no livro C-66, às fls. 99 , sob o nº 41495, foi feito o registro de óbito de

QUITERIA DIOLINDA GOMES

falecida a 1 de agosto de 2007, às 20:50 horas, Casa de Saúde Santa Efigênia - nesta cidade, Caruaru/PE, de sexo feminino, de profissão Aposentada, natural de Agrestina, Estado de Pernambuco, então domiciliada e residente Rua Silvio Romero, nº 21 Bairro Petropolis, Caruaru/PE nascido a 22 de dezembro de 1932, com setenta e quatro anos de idade, de estado civil viúva, filha de DIOLINDA MARIA DA CONCEIÇÃO.

Foi declarante Maria Aparecida Gomes Pereira e o óbito foi atestado pelo(a) Dr. Josiedson Pontes Farias-CRM-10751, tendo sido a causa da morte, Choque Cardiogênico, Sindrome Coronariana Aguda, Cardiomiopatia Isquêmica, Diabetes Mellitus...., das Carótidas.

O sepultamento vai ser feito no Cemitério Agrestina/PE.

OBSERVAÇÕES: Não deixou bens.Deixou seis filhos; Maria Aparecida,Maria Alice,Fausto,Roberto,Maria Auristela e Maria Albanita.

Apresentou Declaração de óbito Nº 10766761

O referido é verdade e dou fé.

Caruaru, 3 de agosto de 2007

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Selo de Autenticidade e Fiscalização
ANOREG-PE
ATO GRATUITO
AAE037351

Válido somente com o Selo de Autenticidade e Fiscalização

Oficiala do Registro Civil

Maria do Carmo Sousa França
(2ª Substituta)

Rua Mestre Pedro, 14 - Centro
CEP: 55002-380 - Caruaru - PE
Tel.: (0**81) 3721-0446

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Denomina artéria pública localizada no Loteamento São João, zona urbana deste município e dá outras providencias.

CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA

CONSULTA: Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 012/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

RELATÓRIO

A propositura tem como objetivo analisar os aspectos constitucionais, legais e regimentais, bem como as Implicações financeiras e disponibilidade orçamentária referente ao Projeto de Lei nº 012/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

É o sucinto relatório. Passo a Opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É a chamada Discricionariedade. Onde há margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. E, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Pois bem, feitos os registros necessários, passo a analisar os requerimentos administrativo aviado.

a) QUANTO AO ASPECTO CONSTITUCIONAL

É cediço que os municípios brasileiros são entes-federativos dotados de autonomia, consoante o que dispõe o art. 18 da CF/88, regendo-se por sua Lei Orgânica na forma do Art. 4º do mesmo digesto, Portanto, é o Município autônomo para legislar sobre assuntos de seu Interesse.

Nesse sentido, o Projeto de Lei em referência encontra amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal e artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratar-se de iniciativa privativa do Legislativo Municipal.

b) QUANTO A LEGALIDADE – ASPECTO REGIMENTAL

O Projeto de Lei em tela denomina artéria pública, localizada no Loteamento São João, com o nome de **"RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES"** encontra respaldo e amparo legal, constituindo-se matéria de iniciativa do Poder Legislativo consoante disposições contidas no artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno, no que, após deliberação pelo Plenário da Câmara pelo *quorum* de sua maioria simples, *in casu* pela vontade da metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, na forma do que dispõe o art. 182, § 1º do Regimento Interno da Casa Legislativa.

Com efeito, entende-se que não há vedação legal, para a propositura em tela.

c) EM RELAÇÃO AO ASPECTO FORMAL DO PLL

O projeto em comento, no seu aspecto formal, apresentou-se de forma coaduzente, não necessitando de Emendas.

d) EM RELAÇÃO AO ASPECTO REDACIONAL E GRAMATICAL

Analisado atentamente, o Projeto de Lei apresenta boa redação, linearidade, clareza, bem como não se vislumbra qualquer necessidade de correção gramatical.

e) IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A propositura encontrou sua justificativa em plenário e, afigura-se devidamente prevista no Orçamento do Município para o exercício vigente, assim como não repercute em criação ou aumento de despesa de caráter continuado, de forma que não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nem as disposições da LC 173/2020.

Restando presentes os requisitos legais supramencionados, no que se refere à confecção e instalação da placa com a denominação da artéria pública localizada no Loteamento São João, com o nome de **"RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES"**, demonstrada a existência de dotação suficiente para lhe fazer face nas colunas referentes às quantidades permitidas para provimento e despesas correspondentes, não existe óbice legal para que produza efeitos no mundo jurídico.

Ex vi, **OPINA** que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura que denomina de " **RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES** " a artéria pública localizada no Loteamento São João. É o parecer. s.m.j.

Agrestina/PE, em 06 de agosto de 2021.

Thais Dominique B. Beserra

Advogada – OABPE 50.463

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 012/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador José Givaldo Leite, que altera denominação de via pública, para adequação a legislação vigência e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente a Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 012/2021**, que denomina de **RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES**, a antiga Rua Francisco Gomes Neto, localizada no Loteamento São João em frente a Churrascaria O Pantanal nas margens da BR-104 que dá acesso à cidade Caruaru/Cupira.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposituras sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma pontuou que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Em análise, esta Comissão de Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, concluiu também que o seu teor não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2021.

Saulo Alves Batista
Presidente da Comissão

Emília Alves Fernandes
Relatora

Edson Pedro da Silva
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 012/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador José Givaldo Leite, que altera denominação de via pública, para adequação a legislação vigência e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto Lei Nº 012/2021**, que denomina de **RUA QUITÉRIA DEOLINDA GOMES**, a antiga Rua Francisco Gomes Neto, localizada no Loteamento São João em frente a Churrascaria O Pantanal nas margens da BR-104 que dá acesso à cidade Caruaru/Cupira.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma opinou que o Projeto em tela, encontra-se em condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o mesmo não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2021.

José Pedro da Silva Filho
Presidente da Comissão

Marcos Antônio de Oliveira Silva
Relator

José Genivaldo da Silva
Membro